



SAÚDE PREVENTIVA: O PAPEL MULTIPROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NA VIABILIZAÇÃO DE DIREITOS DAS FAMÍLIAS
PREVENTIVE HEALTH: THE MULTIPROFESSIONAL ROLE OF THE SOCIAL WORKER IN MAKING FAMILY RIGHTS VIABLE

GAMA, Maria Suziane Nascimento da¹

RESUMO

Este artigo apresenta um breve estudo sobre a saúde preventiva e as doenças que mais afetam a população no Brasil e no mundo, mas com ênfase no trabalho multidisciplinar do assistente social na promoção da saúde. Verificou-se que devido as várias circunstâncias sociais, a existência de doenças é um fato que abala a qualidade e o bem estar das pessoas. As políticas públicas de saúde e a atuação de profissionais como do Serviço Social, contribuem para a disseminação de conhecimentos e sensibilização sobre a prevenção de doenças. Neste sentido, o estudo tem como objetivo refletir sobre a saúde preventiva como papel multiprofissional do assistente social na viabilização de direitos das famílias. Elaborou-se uma pesquisa de abordagem quali-quantitativa, de caráter explicativa, exploratória e bibliográfica com base lógica de investigação, o materialismo histórico dialético. Quanto a importância do trabalho do assistente social na saúde pública, ficou claro que ao conhecer as doenças específicas podem intervir nelas, assim subsidiando as demais profissões que trabalham diretamente nesse contexto. Ou seja, o referido profissional, tem a capacidade técnica de orientar as famílias, educar e prevenir doenças, amenizando o aumento delas.

Palavras-chave: Saúde Preventiva. Políticas Públicas. Assistente Social.

ABSTRACT

This article presents a brief study on preventive health and the diseases that most affect the population in Brazil and in the world, but with an emphasis on the multidisciplinary work of the social worker in health promotion. It was found that due to various social circumstances, the existence of diseases is a fact that undermines the quality and well-being of people. Public health policies and the work of professionals such as Social Work contribute to the dissemination of knowledge and awareness

¹ Assistente Social, pela Faculdade Salesiana Dom Bosco. Pós-graduada em Saúde da Família, (Faculdade Unica) e também em Políticas Públicas de Atenção à Família, pela Faculdade Salesiana Dom Bosco. E-mail: mariasuziane19@gmail.com.

about disease prevention. In this sense, the study aims to reflect on preventive health as a multidisciplinary role of the social worker in making families' rights viable. A research with a quali-quantitative approach was elaborated, with an explanatory, exploratory and bibliographical character based on the investigation logic, dialectical historical materialism. As for the importance of the work of the social worker in public health, it became clear that by knowing the specific diseases they can intervene in them, thus subsidizing the other professions that work directly in this context. That is, the aforementioned professional has the technical capacity to guide families, educate and prevent diseases, mitigating their increase.

Keywords: Preventive Health. Public policy. Social Worker.

1. INTRODUÇÃO

Pode-se afirmar que, trabalhar com a temática da saúde preventiva a população, é de suma importância, pois evita aumento de doenças e menos sobrecarga no sistema de saúde público. Nesta sentido, o presente artigo científico discorre sobre a saúde preventiva e o papel multiprofissional do assistente social na viabilização de direitos das famílias.

Nessa lógica, é imprescindível abordar as enfermidades mais conhecidas na atual conjuntura, tais como as ocasionadas por vírus respiratórios emergentes, pode-se citar o novo coronavírus (SARS-COV-2); as Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) como a AIDS e também transtornos da mente, exemplo a depressão, dentre outras.

Em razão disso, pretende-se conhecer mais sobre esses problemas de saúde, que podem está entre as doenças que mais afetam pessoas no Brasil e no mundo. Nesse sentido, não só a medicina preventiva trabalha com este assunto, todavia profissionais da área de enfermagem, fisioterapia, nutrição, Serviço Social e entre outras, que procuram implementar medidas de prevenção de enfermidades e recuperação da saúde, assim garantindo o bem estar e vida mais saudável a população.

Sendo assim, faz-se a necessidade de refletir, qual a importância de trabalhar com a saúde preventiva? E como será que o assistente social pode atuar nesta demanda? Sabe-se que este profissional atua de modo diferenciado das demais profissões na viabilização de direitos a saúde dos usuários. É nessa perspectiva, que é interessante apresentar e entender o trabalho do referido profissional na área, e também os parâmetros para atuação na política de saúde.

O motivo da escolha deste tema surgiu a partir das aulas do módulo de Políticas de Saúde Pública PSF do curso de Pós-graduação em Assistência Social e Saúde Pública pelo Instituto Souza Ltda (FaSouza). Neste sentido, verificou-se a necessidade de conhecer e apresentar a saúde preventiva, mas direcionado a atuação do profissional de Serviço Social na atenção aos cuidados com a saúde das famílias.

A pesquisa tem como objetivo refletir sobre saúde preventiva como papel multiprofissional do assistente social na viabilização de direitos das famílias. E objetivos específicos: conhecer o conceito de saúde preventiva, destacando as doenças que mais afetam a população; desvelar as políticas públicas de saúde que atuam diretamente na prevenção de doenças e por fim falar sobre a prática do assistente social para na viabilização e promoção da saúde preventiva as famílias.

A metodologia deste estudo tem caráter bibliográfico e sua natureza é explicativa e exploratória. Além do mais, sua abordagem é quali-quantitativa e para a base lógica de investigação utiliza-se o materialismo histórico dialético como método de análise.

No que corresponde a relevância social desta temática, se justifica importante, por mostrar aos interessados o conhecimento sobre a saúde preventiva na atualidade com aspecto da prática profissional do assistente social; apreende-se que trabalhar com esta temática é um meio de sensibilizar e instruir a população sobre os cuidados com a saúde evitando o surgimento e aumento de doenças, além do mais, é possível enfatizar sobre a profissão de Serviço Social e seus parâmetros que orientam a sua práxis na saúde, para assim, saber intervir com competência na demanda e somar com o corpo técnico da instituição na promoção da saúde.

Ademais, a publicação do referido artigo pode de fato contribuir com novas possibilidades de reflexão sobre o assunto e no futuro ser utilizada como subsídios para estudos referentes ao tema.

2.SÁUDE PREVENTIVA: DOENÇAS QUE MAIS AFETAM A QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO NO BRASIL E NO MUNDO

Para compreender sobre o assunto saúde ou medicina preventiva, é interessante antes destacar seu conceito, pois segundo Ornelas (2022, on-line),

Criado no século XX, o conceito de medicina preventiva surgiu com o intuito de mudar a prática médica, que antes disso era focada somente no tratamento de patologias. A especialidade tem como objetivo principal evitar o desenvolvimento de doenças, bem como reduzir os impactos de eventuais problemas na saúde dos pacientes e oferecer uma melhor qualidade de vida para aqueles que estão realizando algum tipo de recurso terapêutico.

De acordo com o exposto, é entendido como uma prática para evitar surgimentos de doenças ou amenizar os efeitos negativos que afetam a saúde dos indivíduos, tendo como intuito a garantia da qualidade de vida da população. Percebe-se que a saúde preventiva possui grande relevância social, pois contribui para estabilizar o aumento de doenças ou índices de óbitos relacionados por exemplo a viroses, infecções sexualmente transmissíveis e também de transtornos da mente.

É nesse aspecto, que se busca falar de algumas doenças, suas características e causas, que podem ser evitadas através das orientações e disseminação de informações dos profissionais da área da saúde.

Na atualidade, muitas famílias ainda sofrem com as consequências deixadas por um vírus que causou pandemia, atingindo várias nações, o SARS-COV-2, mas conhecido como novo Coronavírus. Para maior compreensão sobre o assunto, a tabela a seguir apresenta os países com altos índices de casos de COVID-19 e óbitos, inclusive o Brasil.

Tabela 1 – Casos de COVID-19 e óbitos no Brasil e no mundo em 03/2023

Países mortes	Número de casos confirmados	Total de
------------------	--------------------------------	----------

Estados Unidos	102.247.392	1.111.342
China	99.109.603	120.227
Índia	44.688.367	530.775
França	38.538.948	161.397
Alemanha	38.221.663	168.583
Brasil	37.076.053	699.276

Fonte: OMS- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (2023)

De acordo com a tabela, pode-se confirmar através dos dados estatísticos, que o novo Coronavírus infectou, de forma rápida, muitas pessoas, causando mortes em várias nações. Nota-se que o Brasil ficou na posição sexto lugar no número de casos confirmados, no entanto, o total de óbitos no país ficou em segundo, atrás apenas dos Estados Unidos, conforme o ranking da OMS. A negligência dos governos em sinalizar a doença como alto risco e a falta de conhecimento e sensibilidade da população, contribuíram para a ausência nos cuidados com a saúde pública.

No Brasil, houve muitos óbitos logo no início da COVID-19. Nesse período não existia informações concretas sobre o vírus, que poderia se tornar suscetível a ser mutável, causando mais mortes ainda. Segundo a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (2022), pode-se dizer que é uma doença respiratória aguda com sintomas de tosse, dor de garganta, coriza e febre. A forma de transmissão ocorre por contato próximo entre as pessoas e para evitar o aumento da infecção é necessário se vacinar em unidades básicas de saúde, além disso, o uso da máscara de proteção facial e higienização continuam sendo válidos para pessoas que ainda não buscaram a vacinação.

Em outro viés, existem as Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs), termo que antes era (DST), agora atualizado pelo ministério da saúde. De acordo com o Grupo Saúde e Prevenção (2018, p.103) “As doenças de transmissão sexual (venéreas), são as infecções transmitidas frequentemente, senão em todos os casos, de pessoa a pessoa, através do contato sexual”. A tabela abaixo, agrega com a ideia do autor anterior, ao mostrar dados estatísticos das ISTs, segundo o Ministério da Saúde.

Tabela 2 – As Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) mais comuns no Brasil

Doenças casos por ano	Estimativa do número de
Sífilis	122.000
HPV (papilomavírus humano)	700.000
AIDS (Síndrome de Imunodeficiência Adquirida)	29.917

Fonte: BRASIL (2021 e 2022)

A partir da tabela 2, verifica-se que o HPV (papilomavírus humano) é uma das enfermidades sexualmente transmissíveis que mais afetam a população brasileira, pois a estimativa de casos anual é maior que a sífilis e a AIDS (Síndrome de Imunodeficiência Adquirida). Neste sentido, é importante trabalhar na prevenção de doenças oriundas das ISTs, pois os índices de casos ainda são altos e as patologias apresentadas são na maioria transmitidas por contato íntimo de pessoas infectadas, a qual muitas vezes, não sabem que são portadoras de doenças relacionadas.

Para mais, ainda no panorama do Grupo Saúde e Prevenção (2018) informa que 250 milhões de pessoas no mundo se infectam a cada ano com a enfermidade de gonorreia e comparado com a sífilis os índices chegam a 50 milhões de indivíduos em todo o mundo. Além disso, expõe ainda que a AIDS (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida) é uma doença bastante comum que tem como principais características é o enfraquecimento do sistema imunológico e a transmissão desse vírus ocorre por relação sexual sem preservativo, por transfusão de sangue, materiais que perfuram ou cortam a pele, gravidez e amamentação, quando a mãe está infectada pelo HIV.

No que se refere as doenças da mente, a Associação Americana de Psiquiatria (2022, on-line) informa que são “condições de saúde que envolvem alterações na emoção, pensamento ou comportamento (ou uma combinação destes) [...] podem estar associadas a sofrimento e/ou problemas de funcionamento nas atividades sociais, profissionais ou familiares”. Em conformidade com o conceito, os transtornos da mente alteram as relações sociais, pessoais e profissionais de pessoas acometidas por algumas das doenças mentais, por exemplo, a depressão e a ansiedade, são uma das mais comuns que prejudicam a qualidade de vida do paciente.

Ademais, de acordo com a Organização Mundial de Saúde (2022, on-line), no mundo

Em 2019, 280 milhões de pessoas sofriam de depressão [...] Em um episódio depressivo, a pessoa apresenta humor deprimido (tristeza, irritabilidade, sensação de vazio) ou perda de prazer ou interesse em atividades na maior parte do dia, quase todos os dias, por pelo menos 2 semanas. Vários outros sintomas ocorrem, como dificuldade de concentração, culpa excessiva ou baixa auto-estima, falta de esperança no futuro, pensamentos de morte ou suicídio, distúrbios do sono, alterações no apetite ou no peso e sensação de cansaço ou falta de energia acentuada.

O trecho acima, expõe informações sobre a depressão, que é uma das doenças mentais mais comum na vida das pessoas, atingindo de forma negativa a saúde delas. Assim, como os demais transtornos, é possível tratar esse problema com medicações específicas prescritas pelo médico ou terapias psicológicas eficazes, evitando o risco de ocorrência de suicídio.

Sob a visão de Freire (2010, p. 46) os problemas de saúde físicos ou mentais podem ser adquiridos nos ambientes corporativos quando o trabalhador está submetido a “[...] posição incômoda, alternância de turnos, ruído, tensão nervosa por pressões e alto ritmo- que se potencializam entre si [...]”.

Perante a isto, o bem estar do trabalhador é prejudicado e reflete negativamente para a empresa, pois terá baixa produtividade, ausência dos empregados nos serviços, maior gasto na substituição do outro funcionário doente e todas essas circunstâncias podem ser evitadas caso as instituições corporativas investirem nos cuidados preventivos com a saúde, através de palestras, grupos de apoio sendo auxiliados por um profissional da área, planos de saúde, fornecimentos de uma boa alimentação, de esporte e lazer nas horas vagas.

Observou-se que devido as várias circunstâncias sociais, a existência de doenças é um fato que abala a qualidade e o bem estar das pessoas, cabe identificar agora de forma mais ampla, as políticas públicas na perspectiva da saúde das famílias, destacando a prevenção de doenças, a efetivação de programas, projetos, visando o desenvolvimento familiar saudável e a garantia do direito à saúde.

3.POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE: AMPARO AS FAMÍLIAS NA PREVENÇÃO DE DOENÇAS

Ao adentrar no assunto de Políticas Públicas de Saúde, é necessário antes conhecer sua definição que são “[...] ações, metas e planos que os governos (nacionais, estaduais ou municipais) traçam para alcançar o bem-estar da sociedade e o interesse público [...]” (CALDAS, 2008, p. 05).

O mesmo conceito também é explicitado por Pereira (2009, p. 94) no seguinte trecho:

[...] em latim se denomina de res publica, isto é, res (coisa), pública (de todos), e, por isso, constitui algo que compromete tanto o Estado quanto a sociedade. É, em outras palavras, ação pública, na qual, além do Estado, a sociedade se faz presente, ganhando representatividade, poder de decisão e condições de exercer o controle sobre a sua própria reprodução [...]

Nos fragmentos extraídos do texto, a Política Pública é entendida como um conjunto de ações do governo e da sociedade, que na área da saúde, visa soluções para problemáticas existentes e que essa responsabilidade cabe as esferas federal, estadual e municipal, regulamentar, sustentar, e promover as intervenções a favor da população.

No que tange ao direito a saúde das famílias, está amparo no o artigo 25.º da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que diz “§1. Toda a pessoa tem direito a um nível de vida suficiente para lhe assegurar e à sua família a saúde e o bem-estar, principalmente quanto à alimentação, ao vestuário, ao alojamento, à assistência médica e ainda quanto aos serviços sociais necessários [...]” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1948, on-line).

Para complementar a ideia anterior, o artigo 196 retrata a saúde na Constituição Federal de 1988:

Art. 196. A saúde é um direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos e o acesso universal e igualitário às ações e serviços para a promoção, proteção e recuperação.

Em consoante aos artigos apresentados, apreende-se que a saúde é um acesso universal e no Brasil é um direito da população, sem distinção de cor, raça,

etnia, classe social, econômica, religiosa e um serviço que é dever do Estado, através da Política Pública do SUS (Sistema Único de Saúde) garantir que todos possam acessar a saúde conforme a lei de regularização.

Tratando-se de políticas de saúde pública, destaca-se a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), a que visa desenvolver e implantar “ações voltada a prevenção, recuperação e reabilitação de doenças e agravos, ações que ampliam a noção da prática em saúde. Na sua expansão [...] termina contribuindo para o processo de mudanças de ações em saúde” (BRASIL, 2012 apud MOTTA & SILVA, 2015, p 18).

Deste modo, essa política enfatiza a importância do trabalho com a saúde preventiva em unidades básicas de saúde, além de assegurar a produção da prática firmada em pressuposto que certifica a integralidade na assistência, qualidade, equidade e a participação social.

Brasil (2019, on-line, grifo nosso) corrobora ao expor a política de prevenção do suicídio e automutilação entre adolescentes e jovens no Brasil, assim “O objetivo é **promover a qualidade de vida** das famílias brasileiras a fim de ativar a rede interna e o suporte social para garantir proteção ao desenvolvimento de crianças e jovens e, conseqüentemente, **reduzir os índices de suicídio e autolesão** sem intenção suicida”.

A vista disso, não há como não perceber que a referida política tem destaque em acolher pessoas que estão com doenças da mente, oferecendo suporte necessário à valorização da vida, assim reduzindo altos índices de suicídios e automutilação, principalmente entre os jovens acometidos por transtornos, como por exemplo a depressão e ansiedade.

Outra política de grande relevância na área da saúde preventiva é a Política Nacional de Vigilância em Saúde (PNVS) entendida como

[...] o processo contínuo e sistemático de coleta, consolidação, análise de dados e disseminação de informações sobre eventos relacionados à saúde, visando o planejamento e a implementação de medidas de saúde pública, incluindo a regulação, intervenção e atuação em condicionantes e determinantes da saúde, para a proteção e promoção da saúde da população, prevenção e controle de riscos, agravos e doenças (BRASIL, 2020, on-line).

Diante do exposto, percebe-se a amplitude da PNVs para a garantia dos cuidados com a saúde das famílias, tendo o planejamento, divulgação de informações e controle de risco como meios de prevenção de doenças e agravos que atingem os mais vulneráveis, sendo que é de responsabilidade do Estado fazer cumprir as diretrizes da referida política.

Com relação a situação da saúde pública no Brasil, Por que será que existem dificuldades para a sua efetivação? Para o Conselho Federal de Serviço Social (2010), são vários fatores que permanecem na atual conjuntura, pois ainda existe desigualdade de acesso da população aos serviços de saúde, há desafios na construção de práticas baseadas na integralidade, ações burocráticas que dificultam a equidade no financiamento do setor, os avanços e recuos nas experiências de controle social, a falta de articulação entre os movimentos sociais, dentre outros.

Analisando esse contexto, a prática multiprofissional do assistente social é um trabalho que contribui para amenizar esse cenário deficitário no setor da saúde. Esse profissional, junto com os demais é responsável por viabilizar e promover o fortalecimento de direitos a família, através de políticas, programas, projetos, assim colaborando para que se tenha a concretização plena da saúde ideal, que está em lei.

4.A PRÁTICA MULTIPROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NO DIREITO A SAÚDE: VIABILIZAÇÃO E PROMOÇÃO ÀS FAMÍLIAS

A área da saúde passou por várias mudanças ao longo do tempo, pois fazendo um recorte

do contexto histórico, verificou-se que foi a partir da descoberta do conhecimento científico e tecnológico com relação ao diagnóstico, prevenção e terapia das doenças apresentadas, que se pode entender as protoformas de políticas públicas de higiene e saúde no Brasil, nas primeiras décadas do século XX (BRAVO, 2013).

Na referida época, constatava-se uma ampla atuação de vários profissionais nos setores da saúde e devido as demandas que se apresentavam, o assistente social foi muito importante, pois seu exercício profissional era de realizar triagem socioeconômica, criação de fichas informativas para orientar o cliente ao médico na

procura do tratamento adequado, busca de meios para melhorar situações emocionais e psicológicas do tratamento e também a função de educador sanitário nas campanhas feitas para sensibilizar as pessoas sobre a prevenção de doenças (CARVALHO. In: IAMAMOTO e CARVALHO, 1982, apud, BRAVO, 2013).

Ainda sobre o aspecto da atuação do assistente social, porém na atual conjuntura, lamamoto (2015, p.21) afirma que

[...] um sujeito profissional que tem competência para propor, para negociar com a instituição os seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e funções profissionais. Requer, pois, ir além das rotinas institucionais e buscar apreender o movimento da realidade para detectar tendências e possibilidades nela presentes passíveis de serem impulsionadas pelo profissional.

É diante deste contexto que a prática contemporânea do assistente social, precisa ser capaz de construir estratégias mediadoras, saber enfrentar a realidade e intervir numa problemática social onde o usuário está inserido e a partir disso criar possibilidades de respostas, soluções, as demandas emergentes que são apresentadas no cotidiano profissional.

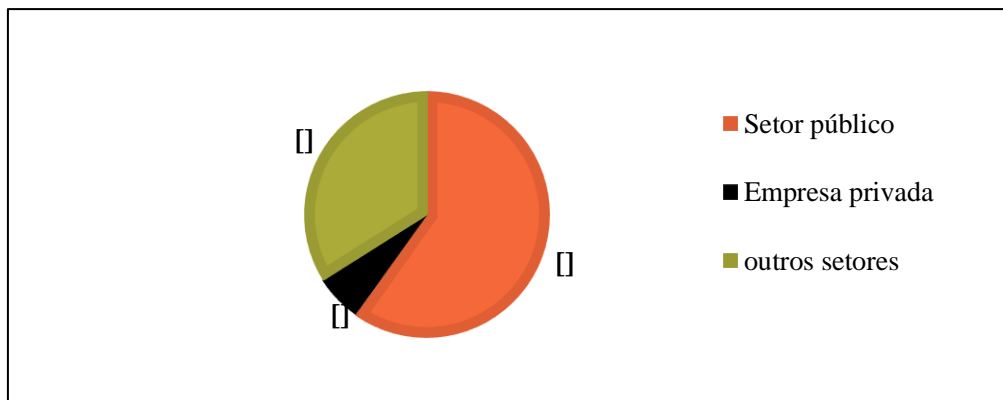
Na ótica de Guerra (2007, p. 24), complementa que

O projeto profissional é um elemento de unidade entre teoria e prática. Sem esse elemento, ainda que nem sempre percebido pela consciência do profissional, a atuação na realidade carece de uma unidade, de elementos que possam homogeneizar determinados elementos da cultura e determinadas posturas profissionais conscientemente adotadas, diferenciando-as de ações sociais, voluntárias ou não [...]

Desta citação, é possível apreender-se que a prática e a teoria são inerentes a profissão de Serviço Social, sendo assim, uma depende da outra para se completarem, pois a fim de ter uma atuação de qualidade, propositiva, é necessário por exemplo, conhecer e consultar sempre o código de ética, pois este é uma ferramenta rica de informações que fundamenta o trabalho do profissional em várias áreas de atuação, principalmente no campo da saúde.

Como versado anteriormente sobre a prática da profissão, é significativo mostrar também qual a porcentagem de assistentes sociais empregado (as) nos setores de trabalho. O gráfico abaixo demonstra bem os dados.

Gráfico nº 1: Proporção de assistentes sociais empregados nos setores públicos e privados no Brasil/ano 2016 e 2019



Fonte: CFESS (2022)

O gráfico acima, expõe a proporção de assistentes sociais que estão empregados no Brasil conforme natureza do vínculo. Deste modo, 59,80% estão atuando no setor público, logo na empresa privada esse percentual é menor, de 6,22%, e em outros setores chega a ser 33,98%, sendo que o total de profissionais pesquisados nos anos de 2016 e 2019 foram de 44.212.

Com base nos dados, conclui-se que esse vínculo contratual majoritário de assistentes sociais com o setor público é histórico, pois a profissão sempre esteve ligada a política de governo e serviços do Estado. Ademais, as transformações ocorridas na profissão, permitiu que o profissional pudesse atuar em várias campos de trabalho, como na saúde, tendo destaque junto com outras equipes da área, em viabilizar direitos sociais as famílias e usuários.

Mas entrando no eixo de reflexão, como o assistente social consegue viabilizar direitos a saúde na prevenção de doenças? Mas antes de adentrar ao assunto, é fundamental conhecer sobre o que é promoção a saúde?

A Carta de Ottawa, 1986, na primeira Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde, conceituou que “Promoção da saúde é o nome dado ao processo de capacitação da comunidade para atuar na melhoria de sua qualidade de vida e saúde, incluindo uma maior participação no controle deste processo [...]”. Em outras palavras, para um estado de completo bem-estar físico, mental e social, as pessoas precisam buscar conviver num ambiente menos “tóxico” possível.

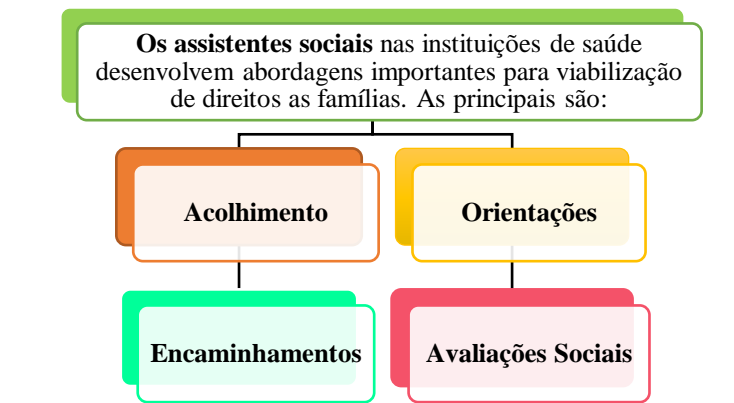
No que se refere a promoção da saúde e prevenção de doenças, várias profissões da saúde trabalham nesse meio, tais como a medicina, a enfermagem, a fisioterapia, a nutrição, Serviço Social, entre outras. Para Sodré (2014), o assistente social na prevenção de doenças precisa conhecer o risco específico para poder ter uma atuação eficiente e evitar que o quadro preexistente aumente o número de casos.

Outrossim, é interessante abordar sobre os parâmetros para atuação do profissional de Serviço Social na saúde, que são meios que norteiam o trabalho do assistente social de acordo com a ética da profissão, segue abaixo algumas orientações:

Conhecer as condições de vida e trabalho dos usuários, bem como os determinantes sociais que interferem no processo saúde-doença; buscar a necessária atuação em equipe, tendo em vista a interdisciplinaridade da atenção em saúde; elaborar e participar de projetos de educação permanente, buscar assessoria técnica e sistematizar o trabalho desenvolvido, bem como realizar investigações sobre temáticas relacionadas à saúde [...] Realizar atividades socioeducativas nas campanhas preventivas; Elaborar e/ou divulgar materiais socioeducativos como folhetos, cartilhas, vídeos, cartazes e outros que facilitem o conhecimento e o acesso dos usuários aos serviços oferecidos pelas unidades de saúde e aos direitos sociais em geral. (CFESS, 2010, p.30 e 56).

A prática desses pressupostos, influencia o assistente social a realizar uma atuação eficiente, comprometida e também favorece para uma postura crítica, reflexiva e ética diante de situações que exijam sua intervenção. Além do mais, essas ações socioeducativas, contribuem para o empoderamento das famílias ou usuários, tornando-os mais informados e instruídos sobre os cuidados com a saúde.

A representação em fluxograma abaixo, resume bem sobre os atendimentos dos assistentes sociais na saúde para com as famílias.



Fonte: Própria autor com base no CFESS (2010)

Sobre o exposto, apreende-se quais as abordagens na saúde mais comumente realizadas pelo Serviço Social, visto que na maioria das vezes, as famílias recorrem ao setor social para receber informações dos seus direitos sociais.

Gama (2009, p. 32) declara que o assistente social tem um papel “[...] junto a equipe de saúde da família como profissional capacitado para atuar nas questões sociais oriundas das relações sociais que afetam a saúde, em consonância com os programas médico- assistenciais desenvolvidos pelos serviços de saúde”. Dessa maneira, Freire (2010) acrescenta como nas instituições a tarefa central do assistente social “é a de encaminhamento aos serviços e benefícios públicos e privados disponíveis, com orientação e informação sobre a forma de obtê-los [...]” (p.87).

Destarte, os dois atores citados e também os demais, embasam o entendimento de como é a atuação desse profissional na viabilização de direitos as famílias, aos usuários do sistema de saúde. Para mais, o assistente social ao conhecer as doenças específicas tais como as diabetes, tuberculose, hipertensão, tabagismo, Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) e outros, podem realizar reuniões ou palestras no sentido de subsidiar as demais profissões que trabalham diretamente com a problemática.

A ação pode ocorrer principalmente em ambientes de instituições da saúde, como por exemplo, nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), no sentido de orientar, educar e prevenir essas doenças, amenizando o aumento delas, tudo de acordo os parâmetros de atuação do Serviço Social na saúde disponibilizado pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). Portanto, sua prática é enaltecida quando

promove a saúde preventiva, a manutenção e recupera o bem estar dos usuários da instituição, logo, contribui para que programas e projetos possam alcançar a população e que as políticas públicas de saúde possam ser efetivadas.

O presente artigo tratou-se de uma pesquisa de caráter bibliográfico e de natureza explicativa e exploratória, pois para Gil (2002, p.42), “[...] identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Esse é o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade, porque explica a razão, o porquê das coisas [...]”. Dessa forma, as pesquisas explicativas é a que mais se aproxima da realidade e pretender justificar os fatores ocorridos na sociedade. Já a exploratória, o referido autor, explica que esta se caracteriza por assumir as formas de pesquisas bibliográficas e estudos de caso, ou seja, é um levantamento bibliográfico que contribui para o entendimento sobre a temática do artigo.

Além do mais, utilizou-se o materialismo histórico dialético, como método de análise e base lógica de investigação, pois fez um estudo da historicidade com críticas a mudanças ocorridas na realidade. A metodologia deste estudo também fez abordagem qualitativa e quantitativa.

Por fim, sobre à abordagem qualitativa, segundo Oliveira (2018), possibilita que o pesquisador faça a análise dos dados de forma indutiva (do particular para o geral) e, também permite chegar ao universo dos significados, dos valores, das crenças, dos comportamentos e das atitudes dos sujeitos investigados. Com relação à pesquisa quantitativa os autores Prodanov e Freitas (2013), afirmam “que tudo pode ser quantificável”, ou seja, traduzindo em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las, e que necessita a utilização de recursos e de técnicas estatísticas.

5. CONSIDERAÇÕES IMPORTANTES

Para fins do respectivo artigo científico, buscou-se compreender os tipos de doenças que mais afetam a saúde da população no Brasil e no mundo, mas com destaque ao papel multiprofissional do assistente social na viabilização de direitos a saúde preventiva as famílias.

Constatou-se a importância da saúde preventiva e que as doenças virais, como a COVID-19, atingiu muitos países com altos índices de casos e óbitos, inclusive no Brasil. É indispensável também citar as Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs), o qual neste estudo, verificou-se que no Brasil o HPV (papilomavírus humano) é uma das enfermidades que mais acomete a população, com 700.000 mil casos por ano, e por fim, as doenças da mente, como a depressão, possui alta incidência, com 280 milhões de pessoas no mundo.

Não obstante, averiguou-se sobre os desafios de muitos usuários para ter acesso aos serviços de saúde, devido à falta de gestão eficiente das políticas públicas de saúde no Brasil. Mesmo com todos os obstáculos a serem enfrentados, apresentou-se nesta pesquisa algumas políticas públicas de amparo a população, no intuito de promover a saúde e prevenir doenças, garantindo a ideia curativa, reabilitadora e de fortalecimento do bem estar familiar que são feitas através de projetos e programas de acesso aos serviços essenciais de saúde.

O estudo mostrou também a prática do assistente social, que percentualmente 59,80% da categoria possuem vínculo contratual no setor público. Além do mais, na área da saúde participam com outros profissionais, no trabalho da prevenção de doenças por meio de palestras educativas ou orientações feitas nas instituições de saúde e isso mostra que este profissional tem a importância de ser um agente que busca intervir nas problemáticas das questões sociais.

Ao fazer uma análise foi possível perceber que os objetivos foram apresentados ao longo desse artigo, pois se fez a reflexão sobre a saúde preventiva e como é feito o trabalho multidisciplinar do assistente social dentro deste campo. Primeiramente falou-se sobre as doenças e suas prevenções. Por conseguinte foi exposto sobre as políticas públicas de saúde no Brasil no intuito de ampliar o acesso à informação e garantir o bem estar e qualidade de vida a população, porém fazendo uma reflexão crítica sobre a gestão do sistema de saúde pública. E por fim abordou-se sobre a práxis do assistente social frente a demanda de prevenção de doenças com objetivos de viabilizar direitos aos cidadãos.

Contudo, a conjuntura política, cultural e ideológica, na sociedade brasileira, trouxe momentos de retrocessos, onde muitas ações foram desfavoráveis aos direitos

humanos. Entretanto, é preciso seguir em frente e melhorar o cenário atual com criação de mais políticas públicas específicas para atender os anseios das famílias e garantir seu monitoramento e efetivação de programas e projetos, que seria um meio de ampliar mais a inclusão e acesso a saúde.

Em suma, faz necessário todo profissional da saúde está empenhado em atuar no campo da prevenção de doenças a população, através de palestras educativas e sensibilizadoras nas instituições de saúde, divulgação de informação nas mídias sociais, nas escolas, para assim, evitar o aumento da desinformação sobre determinada doença que pode causar risco social.

Portanto, a intervenção técnica de profissionais do Serviço Social é preponderante para o enfrentamento das problemáticas da área da saúde, pois uma vez que possuem conhecimentos teóricos e metodológicos, estão habilitados para viabilizar direitos a todos os cidadãos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE PSIQUIATRIA. **O que é doença mental?** Disponível em: <https://www.psychiatry.org/patients-families/what-is-mental-illness>. Acesso em: 16 mar. 2023.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Coronavírus: entenda a doença.** Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/noticias-anvisa/2020/coronavirus-entenda-a-doenca>. Acesso em: 07 mar. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 02 mar. 2023.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania. **Políticas de Prevenção.** Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/acolha-a-vida/politicas-de-prevencao>. Acesso em: 08 mar. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Boletim epidemiológico - HIV/Aids 2021.** Disponível em: https://www.gov.br/aids/pt-br/centrais-de-conteudo/boletins-epidemiologicos/2021/hiv-aids/boletim_aids_2021_internet.pdf/view. Acesso em: 16 mar. 2023

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Vigilância em Saúde**. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/p/politica-nacional-de-vigilancia-em-saude>. Acesso em: 01 mar. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Sífilis**: entre janeiro e junho de 2022, Brasil registrou mais de 122 mil novos casos da doença. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2023/fevereiro/sifilis-entre-janeiro-e-junho-de-2022-brasil-registrou-mais-de-122-mil-novos-casos-da-doenca>. Acesso em: 16 mar. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Vacina HPV quadrivalente é ampliada para homens de até 45 anos com imunossupressão**. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2022/julho/vacina-hpv-quadrivalente-e-ampliada-para-homens-de-ate-45-anos-com-imunossupressao>. Acesso em: 16 mar. 2023.

BRAVO, Maria Inês Souza. **Saúde e Serviço Social no capitalismo**: fundamentos sócio-históricos. — 1.ed. — São Paulo: Cortez, 2013.

CALDAS, R. W. (org.). **Políticas Públicas**: conceitos e práticas. Belo Horizonte: Sebrae/MG, 2008.

CARTA DE OTTAWA. **Primeira Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde**. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/carta_ottawa.pdf. Acesso em: 08 mar. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Parâmetros para atuação de assistentes sociais na política de saúde**. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/Parametros_para_a_Atualizacao_de_Assistentes_Sociais_na_Saude.pdf. Acesso em: 05 mar. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Perfil de assistentes sociais no Brasil**: formação, condições de trabalho e exercício profissional. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/2022Cfess-PerfilAssistentesSociais-Ebook.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2023.

FREIRE. Lúcia M. de B. **O Serviço Social na reestruturação produtiva**- espaços, programas, direções e processos do trabalho profissional. - 3. Ed. – São Paulo: Cortez, 2010.

GAMA, Herica Patricia. **O Assistente Social na área da Saúde**: por uma inclusão legal na equipe do PSF. Disponível em: https://www.avm.edu.br/docpdf/monografias_publicadas/posdistancia/38076.pdf. Acesso em: 04 mar. 2023.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. – 4. ed.- São Paulo: Atlas, 2002.

GRUPO SAÚDE E PREVENÇÃO. **Manual de medicina da família**. Volume 2. 2ª edição, 2018.

GUERRA, Yolanda. **O projeto profissional crítico**: estratégias de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional. Cortez editora- Serviço Social e Sociedade - São Paulo, n. 91, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. – 26. ed. – São Paulo, Cortez, 2015.

OLIVEIRA, Paulo Eduardo de. **Metodologia da pesquisa ao alcance de todos**. 1. ed.– Curitiba: Appris, 2018.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Painel do Coronavírus da OMS (COVID-19)**. Disponível em: <https://covid19.who.int/>. Acesso em: 16 mar. 2023.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Problemas mentais**. Disponível em: <https://www.who.int/es/news-room/fact-sheets/detail/mental-disorders>. Acesso em: 08 mar. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948**. Disponível em: <https://unric.org/pt/declaracao-universal-dos-direitos-humanos/>. Acesso em: 07 mar. 2023.

ORNELAS, Rafael Herrera. **Medicina preventiva**: o que é e por que é tão importante? Disponível em: <https://vidasaudavel.einstein.br/medicina-preventiva/>. Acesso em: 08 mar. 2023.

PEREIRA, Potyara A.P. **Discussões conceituais sobre política pública como política pública e direito de cidadania**. I. BOSCHETTI, Ivonete. et al. (org) ed. São Paulo:Cortez, 2009.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. – 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SILVA, Ticiane Raimundo; MOTTA; Roberta Fin. **A percepção dos usuários sobre a política de saúde na atenção básica**. Revista Mudança Psicologia da Saúde. Porto, v. 23, n.2. p.17-25. jul./dez., 2015. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistasmetodista/index.php/MUD/article/view/4709/5268>. Acesso em: 02 mar. 2023.

SODRÉ, Francis. **O Serviço Social entre a prevenção e a promoção da saúde**: tradução, vínculo e acolhimento. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/3xLfKfgDbyMxX8v938sYTQQ/>. Acesso em: 08 mar. 2023.